

## **LEI COMPLEMENTAR Nº30/2015**

### ***“Institui o Sistema Municipal de Ensino do Município de Angelina e dá Outras Providências”.***

**José Nilton da Silva**, Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I DISPOSIÇÕES INTRODUTÓRIAS**

**Art. 1º.** O Sistema Municipal de Educação é organizado nos termos desta Lei Complementar e das demais leis municipais específicas, observados os princípios e normas da Constituição Federal, da Constituição do Estado e das leis estaduais e federais sobre diretrizes e bases da educação nacional.

**Art. 2º.** Para os fins desta Lei Complementar:

I - a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, políticas e religiosas;

II - a educação escolar se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias.

#### **TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**Art. 3º.** A educação escolar, no Município de Angelina, obedece aos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

V - gratuidade do ensino público em instituições oficiais, ressalvado o disposto no art. 242 da Constituição Federal;

VI - gestão democrática do ensino, na forma desta Lei Complementar e da legislação específica;

VII - valorização dos profissionais da educação;

VIII - valorização da experiência extraescolar;

IX - promoção da interação escola, comunidade e movimentos sociais;

X - promoção da justiça social, da igualdade e da solidariedade;

XI - respeito à liberdade, aos valores e capacidades individuais, apreço à tolerância, estímulo e propagação dos valores coletivos e comunitários e defesa do patrimônio público;

XII - valorização das culturas locais e regionais;

**Art. 4º** A educação escolar, no Município de Angelina, é direito de todos, dever do Estado e da família, promovida com a colaboração da sociedade, inspirada nos princípios da democracia, liberdade e igualdade, nos ideais de solidariedade humana e bem-estar social e no respeito à natureza, tem por fim:

I - o pleno desenvolvimento do ser humano e o seu aperfeiçoamento;

II - a formação de cidadãos capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes dos seus direitos e responsabilidades, desenvolvendo lhes os valores éticos e o aprendizado de participação;

III - o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício, a convivência social e seu engajamento nos movimentos da sociedade;

IV - a produção e difusão do saber e do conhecimento;

V - proporcionar, ao estudante, meios e subsídios para que possa interagir socialmente, imprimindo transformações no seu tempo e no seu espaço.

### TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

#### CAPÍTULO I Da Educação Escolar Pública

**Art. 5º** O dever do Município com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - universalização da educação básica, nos seguintes níveis e modalidades:

a) atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade com prioridade de atendimento a crianças a partir dos 4 anos de idade.

b) oferta de ensino fundamental de 1º ao 5º ano gratuito, inclusive para os que a eles não tiveram acesso na idade própria.

II - cumprimento da obrigatoriedade da Educação Infantil a partir dos 4 anos de idade e do ensino fundamental de 1º ao 5º ano, criando o Poder Público, sempre que necessário, formas alternativas de acesso a esses níveis de ensino, e ou através de parceria com Estado.

III- atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - padrões de qualidade, definidos como a variedade e a quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e posicionamento crítico frente à realidade;

V - número suficiente de escolas, nas áreas rural e urbana, observando os critérios legais de zoneamento;

VI - membros do quadro de pessoal do magistério, técnico-administrativo e de serviços em número suficiente, habilitados e permanentemente qualificados para atender a demanda escolar;

VII - atendimento ao educando, na educação infantil e no ensino fundamental do 1º ao 5º ano, do ensino público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, reforço escolar e assistência à saúde com profissionais especializados.

**Art. 6º** Para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior, o Poder Público Municipal promoverá o levantamento das crianças em idade escolar e dos jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental do 1º ao 5º ano em idade própria, organizando o plano geral de matrícula e viabilizando a oferta suficiente de vagas.

**Art. 7º** O acesso ao ensino fundamental do 1º ao 5º ano obrigatório e gratuito é direito público, podendo qualquer cidadão, associação comunitária, organização sindical, partido político, entidade de classe ou outra legalmente constituída e o Ministério Público exigí-lo do Poder Público, na forma da legislação pertinente.

**Art. 8º** É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores na Educação Infantil e no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano.

## TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### CAPÍTULO I Disposições gerais

**Art. 9º** O Sistema de Municipal compreende:

- I - as instituições de Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano e de Educação Infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal;
- II - as instituições de Educação Infantil, criadas e mantidas pela iniciativa Privada;
- III - a Secretaria Municipal de Educação, como órgão Administrativo e Executivo;
- IV - o Conselho Municipal de Educação como órgão normativo, deliberativo e consultivo;
- V - o Conselho do FUNDEB - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo Municipal de Educação e os demais conselhos com organização e atribuições previstas em leis municipais.

**Art. 10.** As instituições de educação integrantes ou vinculadas ao Sistema Municipal de Educação classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I - públicas, assim entendidas às criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as criadas, mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

**Art. 11.** As instituições privadas de educação ou ensino vinculadas ao Sistema Municipal de Educação se enquadram nas seguintes categorias:

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos seguintes;

II - comunitárias assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade e explicitem nos estatutos o caráter comunitário e fins não-lucrativos;

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideologia específicas, não tenham fins lucrativos e incluam na entidade mantenedora representantes da comunidade;

IV - filantrópicas, assim entendidas aquelas que, sem fins lucrativos, são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, ofereçam gratuitamente serviços educacionais a pessoas carentes e atendam aos demais requisitos previstos em lei.

## CAPÍTULO II

### Das Atribuições do Sistema Municipal de Educação

**Art. 12.** Ao Sistema Municipal de Educação, por intermédio dos órgãos e entidades públicas e das instituições de educação que o compõem ou a ele estejam vinculadas, compete elaborar, executar, manter e desenvolver as ações administrativas, as relações pedagógicas, a legislação, as políticas e os planos educacionais do Município de Angelina, integrando, em regime de colaboração, suas ações com as do Estado e da União, e coordenando os planos e programas de âmbito municipal, para garantir à população educação de qualidade, nos níveis de ensino atendidos pelo município.

## CAPÍTULO III

### Das Atribuições das Instituições de Educação

**Art. 13.** Às instituições de educação, respeitadas as normas legais e regulamentares, compete:

I - elaborar e executar seu projeto político-pedagógico;

II - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas de trabalho escolar estabelecidos;

III - Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente ou especialista em assuntos educacionais;

IV - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

V - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VI - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos educandos, bem como sobre a execução de seu projeto político-pedagógico.

§ 1º Compõe a comunidade escolar o conjunto de:

I - docentes e especialistas lotados e em exercício na instituição;

II - pessoal técnico-administrativo e de serviços lotado e em exercício na instituição;

III - pais ou responsáveis pelos educandos;

IV - educandos matriculados e com frequência regular na instituição.

§ 2º As instituições elaborarão seu projeto político-pedagógico contendo os princípios gerais de seu regimento escolar, seus princípios administrativos, os currículos escolares e demais processos da atividade escolar.

**Art. 14** Às instituições de educação básica, mantidas pelo Poder Público Municipal serão assegurados progressivos graus de autonomia didático-científica, político-pedagógica, administrativa e de gestão financeira, conforme dispuser seu regimento, observada a legislação superior.

§ 1º Objetivando aperfeiçoar as condições de ensino e pesquisa, as escolas poderão estabelecer formas de cooperação mútua.

§ 2º As instituições elaborarão seu Projeto Político-Pedagógico, contendo os princípios gerais de seu regimento escolar, seus princípios administrativos, os currículos escolares e demais processos da atividade escolar.

#### CAPÍTULO IV

##### Das atribuições dos profissionais da educação

**Art. 15** Incumbe aos docentes:

- I. Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;
- II. Participar no processo de planejamento das atividades da escola;
- III. Elaborar programas, planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino;
- IV. Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;
- V. Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;
- VI. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- VII. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos;
- VIII. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento;
- IX. Atualizar-se em sua área de conhecimento;
- X. Cooperar com serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- XI. Zelar pela aprendizagem do aluno;
- XII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;
- XIII. Participar de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;
- XIV. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s);
- XV. Seguir as diretrizes de ensino, emanadas do órgão superior competente;

- XVI. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;
- XVII. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola;
- XVIII. Executar o trabalho docente no Atendimento Educacional Especializado;
- XIX. Zelar pela disciplina e pelo material docente;
- XX. Executar tarefas correlatas.

**Art. 16** Incumbe aos Especialistas em Educação:

- I. Planejar e coordenar o serviço de Orientação Educacional;
- II. Coordenar o aconselhamento psicopedagógico dos alunos, individual ou em grupo, aplicando procedimentos adequados.
- III. Participar do diagnóstico da escola junto à comunidade local, identificando o contexto socioeconômico e cultural em que o aluno vive;
- IV. Estimular a reflexão coletiva de valores morais e éticos, visando a construção da cidadania;
- V. Colaborar na construção da autoestima do aluno, visando a aprendizagem do mesmo, bem como a construção de sua identidade pessoal e social
- VI. Assessorar o trabalho docente quanto à métodos e trabalhos de ensino
- VII. Assessorar o trabalho docente em busca de soluções para os problemas de repetência, evasão e reprovação escolar;
- VIII. Promover o aperfeiçoamento dos Professores através de encontros de estudos e reuniões pedagógicas;
- IX. Colaborar com todos os profissionais da escola, na busca de soluções para os problemas do corpo docente e de ensino;
- X. Articular as diferentes tendências relacionadas ao processo pedagógico, buscando unidade de ação, com vistas as finalidades da Educação;
- XI. Acompanhar o trabalho da escola, assessorando a Direção no diagnóstico, no planejamento e na avaliação de resultados, na perspectiva de um trabalho coletivo e interdisciplinar;
- XII. Colaborar com todos os profissionais que atuam na escola, visando o aperfeiçoamento e busca de soluções aos problemas do ensino;
- XIII. Colaborar com a Direção da escola no sentido de organizar e distribuir recursos físicos e humanos, necessários à viabilização do projeto político pedagógico da escola;
- XIV. Prestar assessoria à Direção da escola na definição de diretrizes de ação, na aplicação da legislação referente ao ensino e de administração de pessoal;
- XV. Colaborar com a Direção da escola no que se relaciona com sua habilitação profissional;
- XVI. Buscar aperfeiçoar-se e atualizar-se constantemente;
- XVII. Ajudar a implantar e manter formas de atuação, estabelecidas com o propósito de assegurar as metas e objetivos traçados para garantir a função social da escola;
- XVIII. Coletar, organizar e socializar a legislação de ensino e de administração de pessoal;

- XIX. Coordenar o processo de elaboração e atualização do regimento escolar, garantindo o seu cumprimento.
- XX. Colaborar na elaboração de diretrizes científicas e unificadoras do processo administrativo, que levem a consecução da filosofia e da política educacional;
- XXI. Orientar os Professores na identificação de comportamento divergentes dos alunos, bem como apresentar propostas e alternativas de solução;
- XXII. Ativar o processo de integração Escola-Família-Comunidade;
- XXIII. Substituir os Professores quanto à utilização de recursos psicopedagógicos;
- XXIV. Participar na construção do projeto político-pedagógico;
- XXV. Participar na elaboração do Regimento Escolar;
- XXVI. Influir para que o corpo diretivo e docente se comprometa com o atendimento as reais necessidades dos alunos;
- XXVII. Avaliar o desempenho da escola, como um todo, de forma a caracterizar suas reais possibilidades e necessidades, seus níveis de desempenho no processo de desenvolvimento do currículo e oportunizar tomadas de decisão, embasadas na realidade;
- XXVIII. Apresentar propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino e o alcance das metas estabelecidas para este fim;
- XXIX. Coordenar a elaboração do planejamento de ensino e de currículo;
- XXX. Orientar e supervisionar atividades visando o pleno rendimento escolar;
- XXXI. Executar outras atividades compatíveis com o cargo;
- XXXII. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos.

**Art. 17** Incumbe ao Técnico de Educação:

- I. Promover assessoria técnica e pedagógica aos Professores da rede municipal de ensino, principalmente no que tange à Educação Especial, inclusão de portadores de necessidades especiais em atividades curriculares e extracurriculares;
- II. Adaptação e conclusão de cursos;
- III. Coordenar a elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de programas, planos e projetos de outras atividades, que objetivam acompanhar o aluno, nos aspectos que se referem ao processo ensino-aprendizagem, bem como o encaminhamento destes a outros profissionais, que assim exigirem, desenvolver e executar atividades de administração, planejamento, supervisão e orientação educacional.
- IV. Participar da articulação, elaboração e reelaboração de dados da comunidade escolar como suporte necessário ao dinamismo do Projeto Político Pedagógico;
- V. Participar na criação, organização e funcionamento de instâncias colegiadas, tais como: conselho de escola APP, Grêmio Estudantil, e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações na Escola;
- VI. Participar no processo de elaboração e cumprimento do regimento interno da escola;
- VII. Coordenar o processo de escolha de representantes de turma;

- VIII. Coordenar, junto com os professores, o sistema de informações sobre o aluno, para conhecimento do aluno e dos pais e fazer os devidos encaminhamentos;
- IX. Contribuir com trabalhos que objetivem reduzir os índices de repetência e evasão escolar;
- X. Coordenar o processo de identificação, de análise das causas e acompanhamento dos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem;
- XI. Realizar e/ou promover pesquisas e estudos, emitindo pareceres e informações técnicas na área de orientação educacional;
- XII. Planejar, acompanhar as ações e avaliar as atividades de elaboração do currículo da Unidade Escolar junto ao corpo docente
- XIII. Comprometer-se com o planejamento, acompanhamento e avaliação dos projetos da Unidade Escolar relacionados com o processo ensino- aprendizagem;
- XIV. Promover momentos de estudo, reflexão e um constante repensar da prática pedagógica do corpo docente, levando-os a análise de situações concretas;
- XV. Encaminhar as ações pedagógicas, a partir dos interesses e necessidades do corpo docente e discente, acompanhando sistematicamente o processo ensino-aprendizagem, em especial a avaliação;
- XVI. Conhecer a história de vida da clientela que frequenta a escola;
- XVII. Zelar pelo aperfeiçoamento constante do corpo docente, além de engajar-se nas atividades extraclasse de cunho pedagógico;
- XVIII. Desenvolver o planejamento curricular com o corpo docente, de forma individual e coletiva;
- XIX. Promover momentos de integração e socialização com os funcionários, visando a participação de todos na proposta pedagógica da Escola;
- XX. Orientar as decisões no caso de alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem ou problemas específicos;
- XXI. Identificar os fatores que interferem no rendimento escolar, propondo medidas alternativas de solução;
- XXII. Coordenar o processo de preparação para o trabalho
- XXIII. Desenvolver atividades pedagógicas com o corpo discente abrangendo técnicas de socialização de conteúdos e de elaboração das normas internas da Unidade Escolar;
- XXIV. Participar da elaboração das demais atribuições do corpo pedagógico em conjunto com toda a equipe escolar;
- XXV. Promover atividades de integração entre a comunidade, coordenação, educadores e educandos;
- XXVI. Participar da execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola;
- XXVII. Manter atualizado os diagnósticos pedagógicos da escola
- XXVIII. Participar de estudos, debates, diagnósticos e definições com vistas à adequação do currículo e programas de ensino;
- XXIX. Participar da coordenação do planejamento, execução e avaliação de reuniões com os pais e conselhos de classe;
- XXX. Dinamizar capacitações, reuniões pedagógicas visando a atualização dos educadores em aspectos relacionados à área de orientação educacional;
- XXXI. Participar no processo de integração escola/família/comunidade;



- XXXII. Orientar quando necessário à adaptação e integração dos alunos na escola;
- XXXIII. Garantir que a escola cumpra sua função social de socialização e construção do conhecimento
- XXXIV. Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

**Art. 18** É de competência do Município:

- I - Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições públicas pertencentes ao Sistema Municipal de Educação;
- II - Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas, considerando os seus projetos pedagógicos;
- III - Elaborar normas complementares para o Sistema Municipal de Educação;
- IV - Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do Sistema Municipal de Educação;
- V - Atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil;
- VI - Elaborar o Plano Municipal de Educação.

**Art. 19** O Plano Municipal de Educação, de duração decenal, será revisado em conformidade com as resoluções emanadas dos Órgãos superiores Municipais de Educação e com o Plano Nacional e Plano Estadual de Educação.

*Parágrafo Único:* O período de revisão, a data de entrada e o tempo de vigência do Plano Municipal de Educação, bem como o período e os mecanismos de avaliação dos mesmos pela comunidade escolar, deverão ser definidos por regulamentação própria, através de Decreto Municipal.

**Art. 20** À Secretaria Municipal de Educação incumbe organizar, executar, manter, administrar, orientar, coordenar e controlar as atividades do Poder Público, ligadas à educação, velando pela observância da legislação respectiva das deliberações dos Órgãos Superiores de Educação e pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação, nas Instituições que integram o Sistema Municipal de Educação.

*Parágrafo Único.* Incumbe ainda à Secretaria Municipal de Educação, orientar e fiscalizar as atividades das Instituições Educacionais Públicas e Privadas que integram o Sistema Municipal de Educação.

## TÍTULO V

### Dos Níveis e das modalidades de Educação e Ensino

#### CAPÍTULO I

##### Disposição geral

**Art. 21** A educação escolar compreende a educação básica, formada pela educação infantil e pelo ensino fundamental do 1º ao 5º ano.

#### CAPÍTULO II

## Da Educação Básica

**Art. 22** A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios e condições intelectuais para progredir no trabalho e em estudos posteriores, bem como para poder optar pelo engajamento nos movimentos sociais ou demandas da sociedade.

**Art. 23** A educação básica será organizada em anos, séries anuais, com base na idade, na competência, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

*Parágrafo único.* A escola poderá reclassificar os educandos, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base na Lei de Diretrizes e Bases – Lei 9394/96.

**Art. 24** O calendário escolar deve se adequar às peculiaridades da comunidade a ser atendida, considerados os fatores climáticos e econômicos que envolvam seu modo de vida, sem reduzir o número mínimo de horas de efetivo trabalho escolar dos educandos, previsto nesta Lei Complementar.

**Art. 25** A educação básica, nos níveis de Educação Infantil e fundamental do 1º ao 5º ano será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – Pelo menos duzentos dias de efetivo trabalho escolar por ano;

II -- a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, (horas relógio), distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais.

III - O efetivo trabalho escolar pode e deve ser desenvolvido em sala de aula, mas as atividades escolares podem ser realizadas em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. A atividade escolar, portanto, também se caracterizará por toda e qualquer programação incluída no projeto político pedagógico da escola, sempre com frequência exigível e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

IV – Para efeito de cumprimento de carga horária curricular de 800 horas aulas anuais, distribuídas por um mínimo de 200 dias, cumprindo a exigência Legal (Artigo 24, Inciso I da Lei 9394/96, artigo 26, Inciso II, da Lei Complementar nº 170/98), deve ser considerado “dias de efetivo trabalho escolar” aquele de atividades pedagógicas, isto é, de trabalho efetivo em sala de aula ou em ambientes equivalentes e que envolva a participação de alunos e professores.

V - a classificação do educando em qualquer série ou etapa pode ser feita por promoção, por transferência ou mediante avaliação feita pela escola que defina seu grau de desenvolvimento e experiência com base na Lei Art. 24, inciso II, da LDB.

VI - a escola poderá reclassificar os educandos, inclusive quando se tratar de transferência entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

VII - a avaliação do rendimento escolar do educando, resultado de reflexão sobre todos os componentes do processo ensino-aprendizagem, como forma de superar dificuldades, retomando, reavaliando, reorganizando e reeducando os sujeitos nele envolvidos, deve:

a) ser investigadora, diagnosticadora e emancipadora, concebendo a educação como a construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos;

b) ser um processo permanente, contínuo e cumulativo, que respeite as características individuais, socioculturais e étnicas dos sujeitos envolvidos.

c) considerar o aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

d) dar prevalência aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

VIII - as escolas de educação básica ensino fundamental 1º ao 5ºano, devem proporcionar estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, aos educandos que demonstrem aproveitamento insuficiente no decorrer do ano escolar, a serem disciplinados em seus regimentos;

IX - o controle da frequência dos educandos é responsabilidade da escola, observado o disposto em seu regimento, sendo exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

X- o número de educandos por sala de aula, definido de acordo com critérios técnicos e pedagógicos, deve ser tal que possibilite adequada comunicação do aluno com o professor e aproveitamento eficiente e suficiente;

**Art. 26** O currículo do ensino fundamental do 1º ao 5º ano será aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, observando a base nacional comum do Ensino Fundamental devendo abranger obrigatoriamente, conforme o Art. 26 da LDB, o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo Físico e Natural e da realidade social e política, especialmente a do Brasil, bem como o Ensino da Arte, a Educação Física e o Ensino Religioso.

I - devem abranger o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política.

II - o ensino da arte constitui disciplina obrigatória nos diversos níveis, integrando artista, grupos e movimentos culturais locais, de forma a promover os diferentes valores culturais dos alunos;

III - a educação física é disciplina obrigatória, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar,

IV - o ensino de História dará ênfase à História das comunidades, do Município, de Santa Catarina e do Brasil e levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias na construção e desconstrução da história angelinense, catarinense e brasileira.

**Art. 27º** A sistemática de avaliação e os registros dos resultados no Sistema serão bimestrais.

§ 1º A avaliação da aprendizagem do estudante, com no mínimo quatro (04) avaliações bimestrais, deverá ser registrada no diário de classe do professor ou

documentos equivalentes, impressos ou online, incluídos os procedimentos de recuperação paralela.

§ 2º Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, a título de recuperação paralela de estudos, novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, sempre que verificado o rendimento insuficiente (inferior a 70%) durante os bimestres, antes do registro das notas;

§ 3º O registro das notas, no boletim ou equivalente, bem como no Histórico Escolar, deverá especificar a média dos bimestres e a pontuação obtida no Exame Final, de acordo com o art. 32º, § 2º, juntamente com a observação quanto à situação de  
Aprovado ou reprovado.

§ 4º Entende-se por recuperação paralela, a retomada pedagógica dos conceitos/conteúdos não apropriados pelo estudante, em determinado período letivo. Deve acontecer logo que se constata a dificuldade. É de responsabilidade da escola e do professor da turma ou da disciplina escolar e deve constar no planejamento (replanejamento)

**Art. 28º** Caberá ao Conselho de Escola a decisão final a respeito da avaliação da aprendizagem e rendimento do estudante.

*Parágrafo Único.* O Conselho de Escola é composto pelo professor da turma, pela direção do estabelecimento ou seu representante, pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, e pelos pais ou responsáveis, quando for o caso.

**Art. 29º** A sistemática de avaliação e os registros dos resultados no Sistema serão bimestrais para os anos iniciais do ensino fundamental.

**Art. 30º** O registro do resultado da avaliação das séries Iniciais será expresso de forma numérica, de um (1) a dez (10), com fração de 0,5.

§ 1º. Na Educação Infantil, o registro da avaliação será descritivo, no decorrer do ano letivo e semestralmente apresentado aos pais ou responsáveis. Esse registro é de responsabilidade do professor da turma.

§ 2º. Nos primeiros e segundos Anos Iniciais do Ensino Fundamental será registrado notas de um (1) a dez (10), com fração de 0,5 e frequência, e se o aluno atingir a frequência mínima estabelecida em Lei, automaticamente o Sistema registrará AP (aprovado) independente da média obtida.

§ 3º. Nos terceiros, quartos e quintos anos dos Anos Iniciais do EF registrar-se-á, no Sistema, uma expressão numérica de um (1) a dez (10), com fração de 0,5 por bimestre e frequência, com parâmetro para retenção, as médias inferiores a sete (7).

§ 4º. Para os alunos do 1º ao 5º anos, que bimestralmente não atingiram a média, e que percebe-se que o processo ensino-aprendizagem esteja comprometido e que os direitos de aprendizagem não estejam sendo atingidos, este professor deverá: registrar no diário seja online ou escrito as dificuldades encontradas por esse aluno; chamar os pais e conscientizá-los juntamente com gestores educacionais e Equipe Pedagógica das dificuldades desse aluno, registrando em ATA a conversa e as medidas a serem tomadas, que deverá ter assinatura de todos os envolvidos na

conversa. A cópia desta ata deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação.

**Art.31º** Ter-se-ão como aprovados quanto ao rendimento em todas as séries iniciais (do 1º ao 5º ano) da Rede municipal de ensino, os alunos que:

I -Alunos dos 1º e 2º anos das séries iniciais que obtiverem percentual de frequência maior ou igual a 75% das horas de efetivo trabalho escolar prevista pela Lei 9394/96

II -Alunos do 3º, 4º e 5º anos que obtiverem a média anual, igual ou superior a sete (7) em todas as disciplinas;

III-Alunos do 3º, 4º e 5º anos que submetidos a exame final, obtiverem catorze (14) pontos ou mais.

IV - O aluno que não alcançar rendimento, conforme incisos , II e III deste artigo, em até duas disciplinas, terá direito à progressão ou não a ser decidida pelo Conselho da Escola, conforme consta no Artigo 44 dessa Lei e estabelecido no Projeto Político-Pedagógico.

**Art. 32º** A rede pública municipal de ensino adotará o exame final, obrigatório para os alunos do 3º, 4º e 5º dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que atingirem média anual igual ou superior a (3) três e inferior a (7) sete.

§ 1º Não será adotado exame final nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, sendo esses só retidos por infrequência e não por média.

§ 2º Para efeito de cálculo do resultado de aprovação/reprovação, deve-se aplicar a fórmula:  $(\text{Média dos bimestres} \times 1,7) + (\text{Nota do exame final} \times 1,3) > \text{ou} = 14$  pontos.

§ 3º Ter-se-á como reprovado o aluno com média anual inferior a três (3) e que não alcançar no mínimo quatorze (14) pontos no exame final, aplicada a fórmula prevista no parágrafo anterior.

**Art. 33º** Será oferecido, reforço pedagógico aos alunos com defasagem de aprendizagem nas habilidades de leitura, produção textual e cálculo, ao longo das etapas dos Anos Iniciais, a saber:

§ 1º Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para estudantes matriculados no 3º, 4º e 5º anos que tenham sido retidos no ano anterior;

§ 2º Nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, para estudantes matriculados no 2º, 3º, 4º e 5º ano que apresentam defasagem de aprendizagem nas habilidades de leitura, produção textual e cálculo, estes serão avaliados por uma Equipe Pedagógica Municipal.

§ 3º no caso de suspeita de deficiências o estudante deverá ser encaminhado para avaliação diagnostica no âmbito da saúde municipal ou regional.

### CAPÍTULO III Da Educação Infantil

**Art. 34º** A educação infantil, nas instituições mantidas ou subsidiadas pelo Município tem por objetivos:

I - o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social;

II - proporcionar à criança o desenvolvimento de sua autoimagem e o convívio no seu processo de socialização, com a percepção das diferenças e contradições sociais.

**Art. 35º** A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 5º As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

§ 6º É considerada Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias, compreendendo o tempo total que a criança permanece na instituição.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino

§ 5º O número de crianças por Professor na Educação Infantil, deve possibilitar atenção, responsabilidade e interação com as crianças e suas famílias, levando em consideração as características de espaço físico e das crianças. A organização deve ser feita por faixa etária completada até o dia 31 de março. Prioritariamente, a relação do número de crianças e profissionais não poderá exceder tabela abaixo.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>Nº DE CRIANÇAS</b>	<b>PROFESSOR</b>	<b>PROFESSOR AUXILIAR</b>
<b>0 até 2 anos</b>	Até 08 (oito)	01( um)	-
	De 09 até 12	01(um)	01 (um)
<b>2 até 3 anos</b>	Até 12	01 (um)	-
	De 13 até 15	01(um)	01(um)
<b>3 até 4 anos</b>	Até 15	01(um)	-
	De 16 até 20	01(um)	01(um)
<b>4 até 6 anos</b>	Até 25	01(um)	-
	Superior a 25	Desdobramento da turma	

<b><u>TURMAS</u></b> <b><u>MISTAS</u></b> <b>3 até 6 anos</b>	Até 20	01(um)	-
---	--------	--------	---

**Art. 36º** As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - a continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental;

V - carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuída por um mínimo de duzentos dias de trabalho educacional;

VI - atendimento à criança de, no mínimo, quatro horas diárias para o turno parcial e de sete horas para a jornada integral;

VII - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

IX documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

X A área mínima para as crianças de 0 a 6 anos complete 1,50 m quadrado por criança atendida, considerando a importância da organização dos ambientes educativos e a qualidade do trabalho. (Conforme Ministério da Educação/Manual técnico de arquitetura e engenharia do FNDE)

#### CAPÍTULO IV Do Ensino Fundamental

**Art. 37º** O ensino fundamental, com duração mínima de nove anos, abrange a população na faixa etária dos (6) seis aos (14) quatorze anos de idade e se estende, também a todos os que, na idade própria não tiveram condições de frequentá-lo, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, dos sistemas políticos e da autodeterminação dos povos, dos valores em que se fundamenta a sociedade, da tecnologia e das artes;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - a formação de consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para a transformação social;

V - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

**Art. 38º** A matrícula no ensino fundamental é obrigatória a partir de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano que ocorrer matrícula, nos termos da lei e das normas nacionais vigentes. As crianças que completarem seis anos após essa data deverão ser matriculadas na Educação Infantil (Pré-escola).

**Art. 39º** A jornada escolar no ensino fundamental 1º ao 5º ano, garantirá aos alunos, no mínimo, 4 (quatro) horas de trabalho efetivo em sala de aula ou em ambientes equivalentes envolvendo a participação de docentes.

**Art.40º** O número de crianças por Turma do 1º ao 5º ano da rede pública municipal, deve levar em conta o número de alunos estabelecidos por lei que limita o número de alunos por turma, máximo de 25 para a pré-escola e 1º e 2º anos do ensino fundamental e 35 para os anos subsequentes..

*Parágrafo único.* O desdobramento de turma deverá ocorrer sempre que o quantitativo ultrapassar o limite de 1,6 metros quadrados por aluno, considerando a área total da sala de aula, incluído o espaço de circulação, mesa, espaço para professor e espaço para armário, exceto para o 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, que deve ser, no máximo, de 26 alunos por turma.

## CAPÍTULO V Da Educação Especial

**Art. 40º** Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei Complementar, o processo interativo de educação escolar que visa à prevenção, ao ensino, à reabilitação e à integração social de educandos portadores de necessidades especiais, mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades de educandos com necessidades especiais.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função de condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta da educação especial é dever constitucional do Estado, tendo início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil, prolongando-se por toda a educação básica.

**Art. 41º** O Poder Público assegurará:

I - espaços adequados e facilitados, currículos próprios, métodos, técnicas e recursos pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos educandos com necessidades especiais;



II - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como treinamento permanente a professores do ensino regular, visando à integração dos educandos com necessidades especiais nas classes comuns;

III - acesso igualitário aos benefícios de programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular;

IV - terminalidade específica na conclusão do ensino fundamental, para os educandos que em virtude de suas deficiências não puderam atingir os níveis exigidos e, para os portadores de altas habilidades, aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar.

**Art. 42º** O Poder Público Municipal, através de suas entidades e órgãos assegurará, em suas ações políticas e administrativas, prioridade no atendimento aos educandos com necessidades especiais, através de investimentos na própria rede pública de ensino regular e nas escolas de educação especial de instituições públicas, comunitárias ou filantrópicas.

**Art. 43º** As pessoas de que trata este Capítulo são aquelas diagnosticadas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades.

§ 1º. A pessoa com deficiência é aquela que apresenta restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita o desempenho de uma ou mais atividades da vida diária. As deficiências podem ser:

I. Deficiência Auditiva – é a perda parcial ou total, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. A mensuração é feita através de avaliações que comprovem perda bilateral de 25 decibéis (dB) ou mais, resultante da média aritmética do audiograma, aferida nas frequências de 500 Hertz (Hz), 1.000 Hz, 2.000 Hz, 3.000 Hz, 4.000 Hz; variando de acordo com o nível ou acuidade auditiva da seguinte forma:

a) leve/moderada: perda auditiva de 25 a 70 dB;

b) severa/profunda: perda auditiva acima de 71 dB.

II. Deficiência Visual – é a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção óptica. Classifica-se em:

a) cegueira é a perda total ou o resíduo mínimo de visão que leva

a pessoa a necessitar do Sistema Braille como meio de leitura e escrita;

b) baixa visão ou visão subnormal é o comprometimento do funcionamento visual de ambos os olhos, mesmo após tratamento ou correção óptica, mantendo um resíduo visual.

III. Deficiência Física – é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paresia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou a ausência de membros, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

IV. Deficiência Múltipla – é associação de duas ou mais deficiências primárias, sejam elas na área mental, visual, auditiva ou física.

V. Deficiência Mental – se caracteriza por comprometimento cognitivo relacionado com o intelecto teórico (capacidade para utilização das formas lógicas de pensamento conceitual) que também pode se manifestar no intelecto prático (capacidade para resolver problemas de ordem prática de modo racional) que ocorre no período de desenvolvimento, ou seja, até os 18 anos de idade. A pessoa, com severos comprometimentos mentais será amparada de acordo com a legislação vigente.

§ 2º. A pessoa com condutas típicas é aquela que apresenta manifestações típicas dos seguintes quadros, de maneira isolada ou combinada:

I. Transtorno hipercinético ou do déficit de atenção por hiperatividade/impulsividade se caracteriza pela combinação de comportamento hiperativo com desatenção marcante;

II. Transtornos invasivos do desenvolvimento se caracterizam por anormalidades qualitativas em interações sociais recíprocas e em padrões de comunicação e, por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

§ 3º. A pessoa com altas habilidades é aquela que apresenta notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora.

**Art. 44º** A Educação Especial fundamenta-se no princípio básico da inclusão das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades, utilizando-se da contribuição de pesquisas científicas, de novas tecnologias e processos pedagógicos que favoreçam a participação na sociedade.

**Art. 45º** A Educação Especial, no âmbito do sistema de ensino, deve ser compreendida como uma modalidade transversalizada nos níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação Básica, organizada para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos.

*Parágrafo único.* A rede pública de ensino disponibilizará, ou buscará parcerias em Âmbitos maiores para disponibilizar quando necessário:

I. Professor Interprete – professor ouvinte com fluência em LIBRAS, que interpreta o professor regente para atuar em turmas mistas compostas por educandos ouvintes e surdos.

II. Professor Bilíngüe – professor ouvinte com fluência em Língua Portuguesa e LIBRAS e, para atuar na educação indígena, deve ainda, ter fluência na língua da etnia.

III. Instrutor da Língua Brasileira de Sinais – professor surdo com fluência em LIBRAS que atua com o ensino da língua de sinais.

IV. Segundo Professor em Turma – professor com habilitação em Educação Especial – área 5 (cinco) que atua com o professor regente nas turmas onde exista matrícula de educandos, de que trata esta resolução, que requeiram dois professores na turma.

V. Acompanhante Terapêutico – profissional que acompanha educandos de que trata esta resolução, em condições de sofrimento psíquico intenso, privados total ou parcialmente, de laços sociais e afetivos e da possibilidade da livre circulação pelo espaço escolar.

VI. Técnico na Área da Saúde – profissional vinculado à Secretaria de Saúde que atuará na unidade escolar que tenha matrícula de educandos de que trata esta resolução, que requeiram procedimentos clínicos.

VII. Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE;

VIII. Assessoramento sistemático às escolas, independente da esfera administrativa com previsão e provisão de recursos para deslocamento do profissional entre as unidades escolares.

**Art. 46º** Na turma do ensino regular, quando houver a matrícula de educandos de que trata o Art. 43º dessa lei, será aplicado um redutor de educandos, considerando o disposto no Parágrafo único deste artigo, ouvida a escola.

*Parágrafo único.* O disposto no “caput” deste artigo e no Parágrafo único do artigo 45º depende de parecer dos processos encaminhados contendo laudo diagnóstico e especificações das necessidades dos educandos emitidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial, com participação da Secretaria Municipal da Educação.

**Art. 47º** O Sistema Municipal de Educação deve garantir adequações curriculares para contemplar a diversidade, promovendo o acesso e permanência com qualidade dos educandos na rede regular de ensino e estas adequações curriculares devem constar do projeto político pedagógico das unidades escolares.

§ 1º. As adequações curriculares envolvem a utilização de recursos especializados, flexibilização das metodologias de ensino, dos planejamentos, da organização didática para atender a diversidade de todos os educandos.

§ 2º. As adequações curriculares quanto à temporalidade, avaliação e terminalidade para serem efetivadas pelas unidades escolares do Sistema Municipal de Educação dependem de legislação específica e parecer técnico da Secretaria Municipal de Educação e da Fundação Catarinense de Educação Especial.

I. A temporalidade refere-se ao ajuste de permanência do educando na mesma série e o conseqüente prolongamento do ano letivo, sem que se caracterize retenção. No caso de educandos com altas habilidades, poderá haver aceleração de estudos para concluir o curso em menor tempo.

II. A avaliação do processo ensino e aprendizagem deverá contemplar adequações de instrumentos e procedimentos que atendam a diversidade dos educandos.

III. Terminalidade Específica – as escolas devem assegurar a terminalidade específica, para os educandos que em virtude de suas deficiências ou transtornos não puderem atingir os níveis exigidos. Aplica-se a terminalidade específica para os educandos, mediante certificação, com relato descritivo das competências desenvolvidas durante sua permanência na educação básica, registradas no histórico

escolar, para os que atingirem 15 anos de idade para os anos iniciais do ensino fundamental;

IV. Aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os educandos com altas habilidades.

V - Os serviços de Educação Especial não podem substituir o ensino obrigatório oferecido pela rede regular de ensino

**Art. 48º** Os educandos diagnosticados com severos comprometimentos mentais poderão ser atendidos, exclusivamente em Salas de Atendimento Alternativo - SAA. Ou em Serviço de Atendimento Educacional Especializado - SAEDE, buscando para esse atendimento, parceria com: a Fundação Catarinense de Educação especial, com a Secretaria Estadual de Educação e com outros órgão.

**Art. 49º** A Política de Educação Especial para o Município de Angelina, deverá contar com o compartilhamento de responsabilidades das áreas da saúde, do bem estar social, e, da infraestrutura.

**Art. 50º** Os profissionais que atuam na educação especial deverão estar qualificados ou qualificando-se para o exercício da função e permanentemente atualizados.

## CAPÍTULO VI

### Dos Prédios e Equipamentos Escolares

**Art. 51º** As escolas municipais de Educação Básica serão instaladas em prédios que se caracterizem por:

I - suficiência das bases físicas, com salas de aula e demais ambientes adequados ao desenvolvimento do processo educativo;

II - existência de instalações adequadas para educandos com necessidades especiais;

III- oferta de salas de aula para Anos Iniciais do Ensino Fundamental e para Educação Infantil, que comportem o número de alunos à elas destinado, correspondendo a cada aluno e ao professor áreas não inferiores a 1,30 e 2,50 metros quadrados, respectivamente, excluídas as áreas de circulação interna e as ocupadas por equipamentos didáticos.

## CAPÍTULO V

### Da Revisão de Resultados e dos Recursos e sua Tramitação

**Art. 52º** Da decisão do Conselho da Escola referente aos resultados da avaliação anual final, se observada a não obediência ao disposto nesta Lei ou demais normas legais cabe:

I - pedido de revisão do resultado junto à própria escola.

II - recurso à SME - Secretaria Municipal da Educação.

**Art. 53º** Da decisão da Secretaria Municipal da Educação de Angelina, citada no art. 44, inciso II, caberá pedido de reconsideração ao CME - Conselho Municipal de Educação.

*Parágrafo único.* O pedido de reconsideração de que trata o *caput* deste artigo será Admitido somente em caso de permanência de ilegalidade no processo.

**Art. 54º** Para instrução do recurso de que trata o inciso II do art. 52º, desta Lei, deverá ser impetrado pelo responsável legal do aluno, ou pelo próprio aluno se for maior de idade, mediante requerimento acompanhado de:

I - registro de notas ou conceitos em boletim ou documento equivalente e:

II - resultado do pedido de revisão junto à escola.

*Parágrafo único.* A Secretaria Municipal de Educação de Angelina, para fundamentação, análise e emissão de parecer, poderá requerer, junto à unidade escolar, cópia dos seguintes documentos:

I - diário de classe, com registro da realização dos estudos de recuperação e seus resultados;

II - os relatórios descritivos do professor sobre as dificuldades apresentadas no processo ensino-aprendizagem do aluno durante o ano letivo em questão, quando adotada pela escola;

III - plano de ensino do professor da disciplina ou componente curricular em questão;

IV - instrumentos avaliativos;

V - atas das reuniões com os Pais dos alunos, professores e equipe pedagógica da rede municipal de Angelina.

VI - critérios de avaliação constantes do projeto político pedagógico da unidade escolar.

**Art. 55º** O pedido de revisão, bem como dos recursos, de que trata o art. 46 deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - Pedido de revisão, 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados pela unidade escolar;

II - A escola terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o pedido de revisão.

III - Decorrido o prazo previsto no inciso anterior, o requerente terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para impetrar recurso junto à Secretaria Municipal da Educação de Angelina.

IV - A Secretaria Municipal da Educação de Angelina terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para julgar o recurso, após recebimento da documentação prevista no parágrafo único do art. 54, nos incisos I, II, III, IV, V e VI, se houver solicitado.

**Art. 56º** De posse do resultado do julgamento do pedido de revisão de que trata o art. 54, bem como do resultado dos recursos de que tratam os incisos I e II do mesmo artigo, o interessado terá prazo de 10 (dez) dias úteis para interpor pedido de reconsideração ao Conselho Municipal de Educação de Angelina.

**Art. 57º** O recurso de que trata o inciso II do art. 52 e o pedido de reconsideração de que trata o art.24, deverão ser protocolados na Secretaria Municipal da Educação de Angelina.

**Art. 58º** O recurso será acolhido em instância superior unicamente na hipótese de haver sido rejeitado na imediatamente anterior, na ordem estabelecida nos artigos 52 a 56.

**Art. 59º** Em todas as fases recursais, é garantido ao recorrente amplo direito contraditório.

## CAPITULO VI Disposições Finais e Transitórias

**Art. 60º** A Secretaria de Educação Municipal responsável pela educação organizará serviço onde inscreverá para registro e acompanhamento todas as Instituições de Educação, vinculadas Sistema Municipal de Educação.

**Art. 61º** A falta de material ou de uniforme escolar, quando este for exigido, não constituirá impedimento para que o aluno possa participar das atividades escolares nas escolas públicas municipais, observadas as normas dos respectivos regimentos.

**Art. 62º** Na universalização do ensino obrigatório, o Estado e os Municípios, em cumprimento ao disposto no art. 211, § 4º, da Constituição Federal, garantirão mediante convênio, dentre outras formas de colaboração, o uso comum e articulado de seus espaços físicos e recursos humanos e materiais, precedido de autorização dos órgãos normativos e gestores dos Sistemas envolvidos.

**Art. 63º** A efetivação das ações do Sistema Municipal de Ensino que resultarem em aumento de dispêndios ficam condicionados, expressamente, a disponibilidade de recursos financeiros da área educacional do município.

**Art. 64º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 13 de Julho de 2015

**José Nilton da Silva  
Prefeito Municipal**